



Os ecos heroicos
de Rodrigo na
revista *Pai*
d'égua: o
patrimônio
cultural na
Amazônia

Andre Luis Andrade¹

Rodrigo's heroic
echoes in the
magazine *Pai*
d'égua: the cultural
heritage in the
Amazon

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em
História Social da Amazônia da UFPA.
E-mail: aluis.bade@gmail.com

Resumo:

O presente artigo busca analisar a revista *Pai d'égua*: o patrimônio cultural da Amazônia, lançada pela Superintendência do Iphan/PA no final da década de 1990. Investigamos como as ações ali divulgadas vão de encontro à divisão proposta pela historiografia oficial do órgão, qual sejam: fases heroica e moderna e, desse modo, nos permite refletir sobre os projetos recentes da política federal de preservação do patrimônio cultural brasileiro, como o programa Casas do Patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, Iphan, Revista *Pai d'égua*

Abstract:

This article aims to analyze the magazine *Pai d'égua: the cultural heritage of the Amazon*, launched by the Superintendence of Iphan/PA (The National Historic and Artistic Heritage Institute of Pará) at the end of the 1990s. It is investigated how the actions released by the magazine meet the division proposed by the official historiography of the public entity, which are: heroic and modern phases and, therefore, allows us to reflect on the recent projects of the federal policy of preservation of Brazilian cultural heritage, such as the *Houses of Heritage* program.

Keywords: Cultural Heritage, Superintendence of Iphan/PA, magazine *Pai d'égua*.

Lançando uma revista para “novos tempos”

No final do ano de 1999 a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)¹ no Pará promovia a abertura do *Canto do Patrimônio*² e lançava a primeira (e única) edição da revista *Pai d'Égua*³. *O Patrimônio Cultural na Amazônia*.

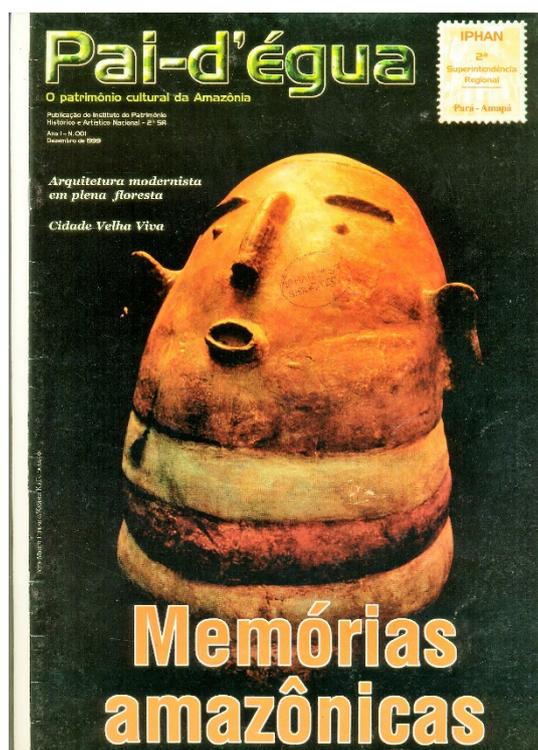


Figura 1: Urna funerária Maracá da coleção arqueológica do Museu Paraense Emílio Goeldi na capa da primeira edição da revista *Pai-d'égua*. *O patrimônio cultural da Amazônia*.
Fonte: Acervo da Superintendência do Iphan no Pará.

Supervisionada pela então superintendente do Iphan no Pará⁴, a engenheira

¹ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atualmente possui 27 unidades administrativas em cada estado brasileiro, sendo o órgão federal vinculado ao Ministério da Cultura responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, assim, cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para gerações presentes e futuras.

² O *Canto do Patrimônio* fazia parte de um projeto nacional do Iphan no qual as Superintendências regionais administrariam espaços culturais como galerias de arte, livrarias, espetáculos de teatro e música para, sobretudo, divulgar a temática do patrimônio e o trabalho desenvolvido pelo instituto.

³ Não encontramos nas fontes consultadas a razão de não terem sido publicadas outras edições da revista, nesse sentido, podemos pensar em possibilidades, como: a falta de correspondência com novas diretrizes do Iphan, ausência de recursos e, até mesmo, interesse, uma que vez que a publicação pode ter sido elaborada por uma ocasião momentânea.

⁴ As unidades administrativas do Iphan têm por função executar a política pública nacional de preservação do patrimônio cultural, a partir das demandas dos estados onde estão inseridas, em um complexo jogo de articulação política que envolve diversos agentes da sociedade. O cargo de superintendente é comissionado e o

Elizabeth Nelo Soares. A publicação justificava seu nome e objetivo com os seguintes dizeres:

foi o melhor vocábulo encontrado pela 2ª Superintendência Regional do Iphan para dimensionar a felicidade de estar levando ao público uma revista que busca valorizar e divulgar o patrimônio cultural deste pedaço do país (...) para que esse exuberante patrimônio referencial sem escala do que ainda tem por se identificar e proteger – seja conservador e mantido (...) Que a Amazônia nos receba com expectativa e carinho, para contemplar toda dedicação e amor que empreendemos nessa missão pai-d'égua.⁵

Ao encontro da proposta do magazine caminhava o projeto *Canto do Patrimônio* que teve objetivos gerais similares: “*Divulgar de forma contínua a cultura da região em todas as suas manifestações*”⁶.

Ao enunciar que a revista e o *Canto* buscavam *divulgar e valorizar* o patrimônio cultural era atribuído ao mesmo um lugar intrínseco na sociedade, cabendo ao Instituto identificar o patrimônio cultural que estaria perdido e sem proteção. Dessa maneira, foi mobilizada a retórica da perda (Gonçalves, 2002: 87-111), na qual a ação da própria instituição, em recontextualizar e alçar bens ou práticas culturais a categoria de patrimônio, é transformada em missão salvadora. Destarte, a missão será executada por um órgão cujas linhas e diretrizes passavam por renovações e redefinições:

O novo Iphan, que da pioneira abrangência de 1937, transformou-se no desbravador e participante cultural de todos os rincões do Brasil, prepara-se, pois, afinado com a globalização da informação, para um novo tempo de metas ambiciosas cujo princípio norteador é a intenção dos seus propósitos legais com a autentica cumplicidade da sociedade.⁷

Quais as referências foram escolhidas para o uso dos adjetivos *novo* e *pioneiro* ao trabalho realizado desde 1937? De acordo com a historiografia oficial do Iphan a história do instituto é dividida em duas fases: *heroica* e *moderna* (Sphan, 1980). A fase *heroica* corresponde aos 30 anos da direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade⁸ no Sphan (1937-1967). Permeadas pelo contexto do Estado Novo⁹, as ações do órgão tinham em vista tornar

mesmo goza de relativa autonomia para planejar e definir a política pública do Iphan na região que atua (Oliveira, 2011: 30).

⁵ “Aos leitores”. Revista *Pai D'égua*. Dez./1999. Belém do Pará, Ano 01, nº 001. p. 3. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do Patrimônio.

⁶ Secretaria da Cultura da Presidência da República. Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC – Planilha de enquadramento. 12/01/1994. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do Patrimônio.

⁷ “Aos leitores”. Revista *Pai D'égua*. Dez./1999. Belém do Pará, Ano 01, nº 001. p. 3. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do Patrimônio.

⁸ Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) nasceu em Belo Horizonte (MG), foi um advogado, jornalista e também poeta. Em 1936, indicado por Mário de Andrade, recebeu o convite do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para dirigir o Sphan.

⁹ Época marcada por uma diversidade de experiências políticas, econômicas e culturais, na qual uma das chaves

real a ideia de nação, assim como, reforçar uma noção de cidadania. O brasileiro deveria conhecer sua história e identidade presentes nos primeiros bens tombados¹⁰, as provas materiais da história nacional responsáveis pela instrução e educação (Fonseca, 2009: 81-130). Passiva e contemplativa nessa perspectiva, a sociedade brasileira necessitava ser educada sobre o patrimônio referente a sua própria história, essa seria única saída para a preservação:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular¹¹. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que nos ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles ou nosso, será certamente praticável. (Sphan, 1987: 64).

A sociedade e os cidadãos na perspectiva da fase *heroica* são passivos na missão de preservação e valorização do patrimônio cultural, o protagonismo da causa está na agência do Estado e seus intelectuais¹², detentores do conhecimento necessário para reconhecer o patrimônio brasileiro.

À fase *moderna* é associada à visão e gerência de Aloísio Magalhães, quando o mesmo foi diretor da Fundação Nacional pró-Memória¹³ (FNpM), entre 1979 e 1982, e por experiências de outras instituições, como o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)¹⁴ e o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH)¹⁵. A mudança em relevo na fase *moderna*, segundo Cecília Londres, está no reconhecimento de outros saberes e na relativização do conhecimento técnico:

Indagações sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser

para seu entendimento é enxergar o Estado enquanto corporativista, nacionalista e que tentou lograr um pacto entre a figura do presidente e o povo, entre Estado e Nação (Gomes, 2013: 30-31).

¹⁰ O tombamento é um ato administrativo do Estado brasileiro, portanto, previsto em lei, que visa a conservação de bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis por seu valor para a história do Brasil. (Rabello, 2009: 75-83).

¹¹ A expressão “educação popular” é usado por Rodrigo em sentido amplo, referindo-se à educação do povo, da nação, não fazer associação com a noção de *educação popular* em Paulo Freire (Ghiraldelli, 2009: 41-42).

¹² Intelectuais aqui compreendidos como um grupo que partilha elementos culturais e sociais da sua época e, desse modo, para compreendê-los é necessário investigar a formação social dentro de uma história mais ampla (Williams, 2011: 201-230).

¹³ Em 1979 houve uma reestruturação do órgão do patrimônio, criando-se um órgão normativo, a Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Sphan), e outro executivo, a Fundação Nacional pró-Memória.

¹⁴ Fundado em junho de 1975, o CNRC representa uma nova visão na política cultural, seu objetivo não era eleger bens culturais ao *status* de monumentos da nação, mas por meio de um trabalho etnográfico, produzir em diálogo com a sociedade, referências sociais para a modernização da cultura e o desenvolvimento econômico (Fonseca, 2009: 143-153).

¹⁵ Instituído em 1973, o PCH teve como meta dar suporte para atividades turísticas mediante a restauração de monumentos degradados (Fonseca, 2009: 142-143).

preservado, a partir de que valores, em nome de que interesses e de que grupos, passaram a pôr em destaque a dimensão social e política da atividade que costuma ser vista como eminentemente técnica. (...) Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõe por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica da atribuição de valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não tem um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. (Fonseca, 2012: 35-36).

Incluir a sociedade em instâncias decisivas, ouvir e dialogar com os grupos detentores do patrimônio se tornam as regras da prática da política federal de preservação do patrimônio cultural a partir da década de 1980 e são sob essas novas diretrizes que a revista *Pai d'Égua. O Patrimônio Cultural na Amazônia* e o *Canto do Patrimônio* seriam dirigidos. Não obstante, Néstor García Canclini pondera como as políticas de preservação do patrimônio cultural na América Latina continuam assinaladas por uma “substância fundadora”, em outras palavras, é dado ao patrimônio uma essência unificadora, seja pela nacionalidade ou pela diversidade (Canclini, 2013: 163). Tal perspectiva corrobora a fala de Gonçalves acerca da permanência da unidade nacional na fase *moderna* do Iphan, mesmo com a introdução de novos conceitos como cultura popular e diversidade cultural¹⁶.

A estratégia de apropriação cultural pressuposta no discurso de Aloísio trazia como consequência uma representação da nação brasileira como uma totalidade cultural diversificada e em permanente processo de transformação. Essa totalidade é concebida em termos democráticos, composta por diferentes segmentos locais. Em seu discurso, a ênfase é colocada na “cultura popular” e no papel desempenhado pelo processo de formação de um “caráter” nacional brasileiro. (Gonçalves, 2002: 78).

Vamos analisar, então, algumas matérias¹⁷ da *Revista* que relativizam o marco historiográfico oficial.

Ecos heroicos em tempos modernos

Na reportagem *Patrimônio de mais de 11 mil anos* é narrada a história dos primeiros bens tombado no Pará, os vestígios arqueológicos e etnográficos do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), na década de 1940, à vista disso nos é dito:

As coleções arqueológicas e etnográficas do Museu Paraense Emílio Goeldi

¹⁶ Existe uma extensa bibliografia sobre a introdução de tais noções nas ações do Iphan, destacamos: Sant' Anna, 2009; MINC/IPHAN, 2006; Calabre, 2009; Vilhena, 1997.

¹⁷ Todas as matérias, de acordo com o corpo editorial, foram elaboradas por Rose Silveira, sob a supervisão de Alberto da Silva Neto e da já citada superintendente, Elizabeth Nelo Soares.

foram os primeiros bens tombados pela União, na Região Norte, na década de 40. O acervo conta a história do próprio museu, pois sua formação resulta das expedições empreendidas, no século XIX, por vários naturalistas em sítios da Amazônia (...) O tombamento das coleções, como uma das primeiras ações do Iphan regional, definiu o conceito de bem patrimonial assumido pelo instituto. Não se trata apenas de pedra e cal, dos prédios históricos e sítios urbanos, mas de todo o acervo documental e etnográfico, das obras de arte integradas, dos bens móveis, acidentes etnográficos notáveis e das paisagens agenciadas pelos homens. Daí compreender o enorme acervo abarcado pelo instituto no País. Daí aprender a conhecer e respeitar a história do Brasil.¹⁸ (Silveira, 1999: 4).

Após falar da importância de uma concepção do tombamento que permita superar a visão da Pedra e Cal¹⁹, vemos na construção do texto que é outorgado ao acervo do MPEG um valor “natural” enquanto patrimônio, portanto, apesar da agência do homem, a sociedade precisa compreender o trabalho preservacionista do Instituto e também manter uma relação de respeito com a história “contada pelo acervo”, ou seja, atenua o próprio papel do Instituto em produzir a sua versão sobre a história da sociedade brasileira através da seleção de determinados bens como patrimônio.

Em outro expediente da revista, intitulado *A cidade modernista no meio da floresta*, é relatado o nascimento das Vilas Serra do Navio e Amazonas, em Macapá, na década de 1950, destacando sua originalidade modernista projetada pelo arquiteto Oswaldo Bratke. Contudo, no ano de 1998 a Superintendência do Iphan no Pará, havia recebido um pedido de tombamento, em forma de abaixo-assinado, para salvar o legado arquitetônico de Serra do Navio, pois, após o fim do fausto da exploração de ferro manganês e o declínio da empresa Icomi, que gerenciava as cidades, acontece a degradação dos bens materiais:

Em dois clarões no meio da floresta ergueram-se dois inusitados exemplares da arquitetura modernista adaptada à realidade amazônica, inspirados na moradia dos caboclos – um perto das minas (Vila Serra do Navio), o outro próximo ao porto (Vila Amazonas) (...) as residências em Vila Amazonas, vendidas, já perderam em 60% suas características originais, observando-se o oposto em Serra do Navio, onde as casas não foram comercializadas. O Iphan reconhece o valor desse patrimônio para o País e, por isso, a equipe técnica já iniciou o processo de instrução para que Vila Serra do Navio seja reconhecida como bem cultural.²⁰ (Silveira, 1999: 7).

¹⁸ “Patrimônio de mais de mil anos”. Revista Pai D’égua. Dez./1999. Belém do Pará, Ano 01, nº 001. p. 5. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do Patrimônio.

¹⁹ Pedra e Cal é a expressão usada para compreender os primeiros decênios de atuação do Iphan, nos quais a preponderância de bens tombados seriam os bens materiais, em especial os arquitetônicos do período colonial. (Chuva 2012: 147-165).

²⁰ “A cidade modernista no meio da floresta”. Revista Pai D’égua. Dez./1999. Belém do Pará, Ano 01, nº 001. p. 7. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do

No trecho citado as vilas possuíam valor de patrimônio cultural, porém, o mesmo estava em vias de desaparecimento pela força do mercado imobiliário, responsável por 60% da descaracterização original nos imóveis de Vila Amazonas. Nesse ponto, entrava a função do Iphan: preservar a originalidade que ainda existia nas casas de Serra do Navio. Salvar significava tomar, o tombamento, por sua vez, operava uma mudança simbólica²¹ dos imóveis, criados primeiramente para uso doméstico, tornavam-se, com a ação do tombamento, em bens patrimoniais fundamentais para a história da nação. O tombamento desvia, por conseguinte, o sentido do uso original: uma casa, um espaço privado e familiar, para o “original” da tradição inventada²² em torno da nacionalidade.



Figura 2: Imagem de Serra do Navio ilustrando a matéria *A cidade modernista no meio da floresta*.

Fonte: Acervo da Superintendência do Iphan no Pará.

Patrimônio.

²¹ Tal modificação está associada ao exercício do poder simbólico, definido por Bourdieu como: “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo e, em particular, do mundo social.” (Bourdieu, 2011: 9).

²² Para Hobsbawm tradições inventadas são “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.” (Hobsbawm; Ranger, 1997: 9).

A criação de uma tensão entre passado e presente, na qual o segundo é responsável pelo fim do primeiro e, nesse processo, pelo desaparecimento do “autêntico” é intencional e recorrente no periódico *Pai d’Égua: O Patrimônio Cultural na Amazônia*. Ao falar da proposta *Cidade Velha-Cidade Viva*, que era um modelo de gestão para o bairro da Cidade Velha²³ de Belém conduzido pelo governo federal em parceria com a prefeitura e a sociedade, é colocado:

A quase 400 anos da fundação de Belém, a cidade começa a fazer as pazes com sua história. Apesar do acentuado grau de descaracterização dos imóveis registrado nas áreas mais importantes do centro histórico da capital paraense, as ações governamentais voltadas para a restauração dessa área reativam as feições da paisagem urbana e, sobretudo, escrevem uma história para o futuro da cidade.²⁴ (Silveira, 1999: 10).

A relevância do *Cidade Velha-Cidade Viva* é proporcionar a paz entre três tempos, o passado (com sua tradição corporificada nos casarões), o presente (vislumbrado pela ruína) e o futuro (lugar da redenção), logo, por via da ação institucional é confeccionada uma linha do tempo “natural”, essa operação retira uma concepção social do tempo, onde cada época constrói leituras específicas de experimentar passado e futuro, concomitantemente, conquanto, imputa uma auto evidência temporal (Koselleck, 2006). Logo, a eficácia desse discurso é situar o tempo como exterior a prática da preservação e o seu não entrelaçamento legitima a “salvação” proporcionada pelo trabalho institucional.

²³ Para conhecer o processo de valorização do bairro da cidade velha como patrimônio cultural ver: Lima, 2009: 245-275.

²⁴ “Cidade velha. Cidade Viva”. Revista Pai D’égua. Dez./1999. Belém do Pará, Ano 01, nº 001. p. 11. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do Patrimônio.

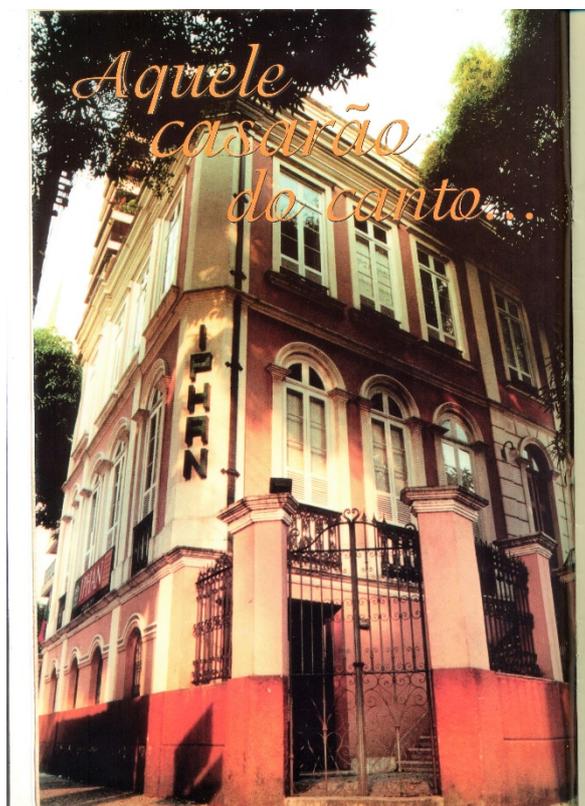


Figura 3: Imagem dos anos 1990 da fachada do imóvel onde funciona a Superintendência do Iphan no Pará até os dias atuais. Imagem produzida para a revista *Pai d'égua*.

Fonte: Acervo da Superintendência do Iphan no Pará.

A remissão dos bens patrimoniais também viria por intermédio do trabalho técnico da restauração engendrado pelos funcionários do Iphan. No final da década de 1980 a sede do instituto em Belém do Pará muda do antigo prédio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), onde atualmente funciona a Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará, para um casarão localizado na esquina da Avenida Governador José Malcher com a Rui Barbosa²⁵. Ao descrever e contar o novo espaço físico encontramos mais uma vez a necessidade de retorno ao “original”, vejamos:

(...) foi construído, provavelmente, no final do século XIX, para funcionar como residência. De estilo eclético, de acordo com os padrões arquitetônicos da época, representativos da passagem do Império para a República, o casarão recebeu várias intervenções ao longo dos anos, para adaptar-se aos novos usos – de escolas a uma pensão. Integrante do Conjunto arquitetônico da Avenida Governador José Malcher, tombado pela União em 1985, o imóvel, desde 1987, é a sede da 2ª SR do Iphan. Construído em único bloco, dividido em três pavimentos, o imóvel mereceu

²⁵ Tendo em vista a compreensão das vicissitudes da presença do Iphan no Pará ver: Figueiredo, 2010.

ampla restauração. As obras iniciaram-se em agosto de 1989, sendo necessário demolir várias intervenções que o descaracterizavam, assim como elementos construtivos totalmente deteriorados pela falta de manutenção (...) A sede é o quartel general dos técnicos, mas abre suas portas à população.²⁶ (Silveira, 1999: 9).

Ao criticar as intervenções realizadas no imóvel, novamente o órgão julga como ilícita as práticas e usos dos sujeitos que vieram após a edificação do prédio, conjuntamente, torna justificável a “restauração merecida”, aquela que trará a “história original”.

Outro caso similar, também citado na revista, é relatada na matéria “De Belém a Macapá, um mapa da memória Amazônica”, onde acompanhamos a recuperação de dois murais feitos por Antônio Landi²⁷ na Igreja de São João Batista:

Para chegar a pintura, no entanto, foi necessário remover muitos obstáculos, o primeiro deles um retábulo neogótico colocado por padres agostinianos que permaneceram na igreja de 1859 a 1959. O retábulo-mor formava um conjunto com outros dois menores, completamente desarmônicos com o desenho da construção projetada por Landi no século XVIII, em estilo clássico com tempero barroco e de novas formas do movimento pombalino.²⁸ (Silveira, 1999: 17).

A historicidade das intervenções dos padres agostinianos é um ultraje a genuinidade de Landi, desse modo, prevaleceu o saber técnico e profissional trazido pela “cura” da restauração. Nos meandros da revista destacamos a assiduidade de noções como “original”, “autêntico” em oposição a “perda”, “desaparecimento”, assim como, “missão”, “causa”, “restauração” quando referidas a tarefa do Iphan, tais noções, como apontamos no início, foram atribuídas a fase *heroica*, por que, então, ainda são recorrentes no final da década de 1990? Para responder a essa pergunta, mergulhamos outra vez no pensamento de Canclini:

Assim como o conhecimento científico não pode refletir a vida, tampouco a restauração, nem a museografia, nem a difusão mais contextualizada e didática conseguirão abolir a distância entre realidade e representação. Toda operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma metalinguagem, não faz com que as coisas falem, mas fala delas e sobre elas. O Museu e qualquer política patrimonial tratam objetos, os edifícios e os costumes de tal modo que, mais que exibi-los tornam inteligíveis as relações entre eles, propõem hipóteses sobre o que significam para nós que hoje os vemos e evocamos. (Canclini, 2013: 202).

²⁶ “Aquele casarão do canto...”. Revista Pai D’égua. Dez./1999. Belém do Pará, Ano 01, nº 001. p. 09. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do Patrimônio.

²⁷ Antonio Landi foi um arquiteto e artista italiano que viveu em Belém do Pará no período de 1753 a 1791, sendo responsável por diversas obras arquitetônicas atualmente tombadas.

²⁸ “De Belém a Macapá, um mapa da memória Amazônica”. Revista Pai D’égua. Dez./1999. Belém do Pará, Ano 01, nº 001. p. 17. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do Patrimônio.

É preciso, portanto, ter cuidado com o estabelecimento de marcos históricos que buscam colocar as ações de preservação do patrimônio cultural, em âmbito federal, como *heroicas* ou *modernas*. A fase *moderna* parece ainda encontrar fortes desafios quanto à democratização da política cultural de preservação do patrimônio. Nos ecos das matérias analisadas nesse estudo ainda ouvimos vozes e conceitos da época *heroica* de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Tais ecos teriam tido fim em ações recentes do Iphan/PA?

Considerações finais (ou atuais?)

Em 2004 o Iphan criou a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc) e organizou a Reunião Técnica de Pirenópolis, na qual participaram as Superintendências, outras autarquias do Ministério da Cultura e especialistas do campo do patrimônio. Dessa reunião foram constituídos três grupos permanentes de trabalho: documentação sobre educação patrimonial, levantamento qualitativo das ações de educação patrimonial e a organização do I Encontro Nacional de Educação Patrimonial (ENEP), ocorrido na cidade de São Cristóvão, Sergipe, em 2005. Sobre o encontro, Ana Carmem Casco ponderou que:

A participação da sociedade nessas iniciativas, compartilhando projetos ou os realizados de per si, por outro lado, indica que existe um componente democrático na estruturação de ações educativas que hoje lidam não apenas com a reafirmação de valores consagrados, mas com o desafio de preparar o solo para permanente sementeira de novos valores. O que se pode pensar é que tal tarefa precisa de algumas mediações e articulações e será pouco produtiva se o Estado não conseguir desenvolver mecanismos de escuta acurada, assim como abrir canais efetivos de participação no interior da sociedade que gera, alimenta e reproduz o processo cultural no qual se inserem objetos, as manifestações, os símbolos e os significados tão caros ao patrimônio e à memória brasileira. (Casco, 2013).

Um dos novos canais de escuta e comunicação com a sociedade seria o *Programa Casas do Patrimônio*, assim, no ano de 2007, a Coordenação de Promoção do Patrimônio Cultural (Cogeprom) enviou o memorando circular nº 032/07, no qual informava aos diretores de departamentos, a Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação (Copedoc) as linhas gerais do programa, do qual destacamos o seguinte trecho:

As Casas do Patrimônio constituem-se essencialmente em um projeto pedagógico, de estruturação das sedes das representações regionais e dos escritórios técnicos do Iphan, para atuar como um polo de difusão cultural local, preparada para qualificar e atender estudantes, professores, turistas e a população residente. Trata-se de ampliar os mecanismos de gestão da preservação do patrimônio cultural, apoiando-se principalmente em ações educacionais, em parceria com escolas e demais segmentos sociais e econômicos. **A proposta fundamentada na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento do Iphan com a sociedade e o poder**

público. Além de informar e orientar, quanto às atividades e rotinas administrativas da instituição, deverão ser enfatizadas as ações de qualificação e capacitação de agentes públicos e privados e de promoção do patrimônio cultural como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, capaz de gerar renda e oportunidades econômicas para a população.²⁹ (grifos nossos).

Menos de dez anos após a lançamento da revista *Pai d'égua* encontramos entre os objetivos das *Casas do Patrimônio* a “necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento do Iphan com a sociedade e o poder público”³⁰ Contudo, ainda levariam alguns anos até o projeto Casas do Patrimônio ser implementado no Pará, com seus passos iniciais em 2010 a partir da oficina “Casas do Patrimônio: aspectos conceituais e implantação no estado do Pará”. A intenção era reunir diferentes entidades representativas para o desenvolvimento do projeto:

No período de 09 a 11/11/10, realizamos a Oficina “Casas do Patrimônio: aspectos conceituais e implantação no estado do Pará”. O evento contou com a participação de parceiros em potencial e culminou em encaminhamentos para a efetivação da Casa do Patrimônio Ver-o-Peso e no indicativo para o fomento de outras Casas do Patrimônio o estado. Durante o evento, os parceiros foram convidados a participar da construção da Casa e a contribuir para sua efetivação. A receptividade foi muito boa, constituiu-se uma rede de apoio ao projeto adotando como indicativo a formalização por meio de Termo de Cooperação Técnica e a gestão compartilhada sem a necessidade de Comitê Gestor.³¹

E após mais dois anos, em 10 de agosto de 2012, é realizado um Acordo de Cooperação Técnica (demandado a partir da oficina), as entidades assinantes foram: Superintendência do Iphan no Pará, Associação Fotoativa, Coordenadoria Municipal de Turismo (BelemTur), Instituto de Artes do Pará (IAP), Centro de Memória da Amazônia, Secretaria de Turismo do Estado do Pará (Setur), Instituto Federal do Pará, Associação dos Agentes de Patrimônio da Amazônia, Associação Fórum Landi, Fundação Cultural Tancredo Neves, Companhia Paraense de Turismo (Paratur) e o Departamento de Patrimônio Histórico Artístico Nacional do Estado do Pará³². Entre os doze membros somente dois tem origem na iniciativa da sociedade civil: as associações Fotoativa e Agentes de Patrimônio da Amazônia. Por que tal disparidade? Falta mais organização à sociedade civil? Ou as instituições governamentais precisam criar formas de diálogo que não dependam somente da formação de associações? Outra ação central da Superintendência do Iphan no Pará a partir da década de 2010 foi o ciclo de palestras nomeado *Conversa Pai d'Égua*³³, que propunha ser:

composto por diversas palestra que abordarão temas diversos sobre o

²⁹ “Programa Casas do Patrimônio”. Memorando nº 032/07. Circ/Cogeprom. 02/08/2007.

³⁰ “Programa Casas do Patrimônio”. *Op.cit.*

³¹ Processo n.º 01492.000317/2010-02. Fls. 242.

³² Processo n.º 01492.000272/2012-20. Fls. 106.

³³ No site consultado não há nenhuma associação com nome dado a *revista*, apesar da grande similaridade.

Patrimônio Cultural. Entre os temas das conversas estarão: a paisagem cultural; os aspectos legais da preservação do patrimônio; a educação patrimonial; entre outros. O evento é destinado aos cidadãos interessados nas temáticas, a participação é gratuita e não é necessário realizar inscrição prévia.³⁴

Iniciado após a implementação do projeto *Casas do Patrimônio no Pará*, o ciclo de palestras contou com a participação de algumas instituições e associações que assinaram o acordo de cooperação técnica, segue uma tabela³⁵ com todas as apresentações já realizadas:

Tabela I: Palestras realizadas no *Conversa Pai d'égua*. Organizada por data, palestrante, instituição e tema.

Data	Palestrante	Instituição ³⁶	Tema
21/09/2012	Dr. Rafael Winter Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Paisagem, patrimônio, democracia: desafio para formação de políticas públicas
30/11/2012	Msc. Mário Pragmácio	Universidade Cândido Mendes	“Uma jangada na imensidão do mar”: os instrumentos jurídicos de preservação face à amplitude do conceito de patrimônio cultural
08/03/2013	Dr ^a . Lygia Segala	Universidade Federal Fluminense	Educação Patrimonial: valores negociados e processos de patrimonialização
12/04/2013	Esp. Simone Fernandes	Iphan – Minas Gerais	Casa do Patrimônio de

³⁴ IPHAN/PA. Disponível em: <<https://casadopatrimoniopa.wordpress.com/category/conversa-pai-degua/>>. Acesso em: 25/04/2017.

³⁵ A tabela foi feita a partir das informações obtidas na *Rede Casas do Patrimônio Pará*, qual seja: <https://casadopatrimoniopa.wordpress.com/>

³⁶ Foi considerada a instituição do palestrante à época do evento.

			Ouro Preto – Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania
19/04/2013	Msc. Tatiana Borges	Iphan-Pará	Do Largo das Mercês à Praça Visconde do Rio Branco: um estudo da gestão do patrimônio histórico em Belém, 1941-2011
17/05/2013	Esp. José La Pastina Filho	Iphan-Paraná	J. B. Debret – Iconografia de cidades do sul do Brasil
24/05/2013	Dr. Giovanni Blanco Sarquis	Iphan-Pará	Diálogos contemporâneos na arquitetura belenense (1979-2007)
14/06/2013	Msc. Alexandre Sequeira	Universidade Federal do Pará	A reconstrução da memória na vila de Lapinha da Serra
21/06/2013	Mayra Martins; Stephanie Assef Mendes	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Pará	Propostas de intervenção restaurativa: Capela de Nosso Senhor dos Passos e Igreja de Santo Antônio
28/06/2013	Msc. Andréia Loureiro	Consultora	A valoração como patrimônio cultural do “Raio que o Parta”: expressão do Modernismo Popular, em Belém/PA
11/10/2013	Msc. Verônica Pontes Viana	Iphan-Ceará	Patrimônio arqueológico, comunidade

			quilombola e museu comunitário da Serra do Evaristo, em Baturité/CE
02/05/2014	Msc. Tatiana Borges; Dr. Giovanni Blanqui Sarquis	Iphan-Pará	Centro Histórico de Belém e Obra de Restauração da Igreja São João Batista
28/08/2014	Rivanildo Peixoto; Amarildo Ferreira	Presidente da Associação dos Artesãos de Brinquedo de Miriti de Abaetetuba e Discente do Núcleo de Altos de Estudos da Amazônia	Produção, Comercialização e Mercado do Artesanato de Miriti
12/09/2014	Msc. André Luis dos Santos Andrade	Consultor	Da esquina para o canto: política de difusão cultural no Iphan/Pa
19/04/2014	Proponentes paraenses de ações no Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 2013	Liceu Escola de Arte e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso; Companhia de Alumina do Pará; MPEG; Ufpa; Ggeotur/Ufpa; Comissão Brasileira Demarcadora de Limites; Lacore/Ufpa;	Iniciativas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural paraense: ações PRFMA, Pará, 2013
01/10/2014	Dr. Fernando Marques; Marieli Campos; Msc. Carla Cruz	MPEG; Secretarial Estadual de Educação; Iphan-Pará	Patrimônio Cultural de Joanes
17/10/2014	Esp. Paula Andréa Caluff Rodrigues	Mestrado Profissional em Patrimônio/Copedoc; Iphan-Pará	Roteiro Cemitério da Soledade
28/11/2014	Msc. Bezerra; Msc. Paulo A. Magalhães Filho	Federação Paraense de Capoeira; Sem indicação	Profissionalização da Capoeira
12/06/2015	Sem indicação de nomes	Secretaria Estadual de Meio Ambiente; Núcleo de Licenciamento Ambiental/IBAMA; Centro Nacional de Arqueologia/IPHAN	Licenciamento ambiental: legislação e atuação das instituições responsáveis nas esferas federal, estadual e

			municipal (Belém)
17/08/2015	Proponentes paraenses de ações no Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 2014	MPEG; Fundação Casa da Cultura de Marabá; Associação Fotoativa; Fundação Cultural do Estado do Pará	Iniciativas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural paraense: ações PRFMA/Pará/2014

Nota-se, em sua maioria, a participação de pesquisadores (historiadores, arqueólogos, arquitetos, educadores, museólogos, etc.) e técnicos, porém, vale destacar a participação de representantes de bens registrados no Pará³⁷, como o artesão Rivanildo Peixoto e o Mestre Bezerra. Vale frisar que nesse artigo não analisamos as ações previstas pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), pois demandaria tempo, o qual, na elaboração deste trabalho, não tivemos. Entretanto, acreditamos que um estudo mais aprofundando sobre o diálogo com a sociedade feito pelo INRC pode apresentar respostas a problematização levantada, assim como, novas questões.

A inclusão da sociedade, de sua voz e perspectivas, nas ações de difusão aqui examinadas parece ora avançar, outrora retroceder, nesse sentido, reiteramos que enquanto for mantida a noção que a sociedade precisa ser “orientada”, “qualificada” ou conhecer a “rotina administrativa” da política pública de preservação do patrimônio cultural, as ações de difusão do Iphan continuarão distantes da própria sociedade, pois as revistas, casas ou conversas servirão como refrigerio para *heroicos* tempos.

Artigo recebido em 31 de jan.2017

Aprovado para publicação em 01 de abr. 2017

³⁷ No Pará já foram registrados: Círio de Nazaré (2004), Ofício dos Mestres de Capoeira (2008), Roda de Capoeira (2008), Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó (2013), Carimbó (2014) e o Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas (2015). Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Registrados%20por%20estado%202017%20\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Registrados%20por%20estado%202017%20(3).pdf). Acesso em: 24/04/2017.

Referências

- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. O patrimônio histórico artístico nacional. In: *MEC-SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Edição 15ª, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011
- CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 90 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Edição 4ª, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- CASCO, Ana Carmem Amorim. *Sociedade e educação patrimonial*. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=131>>. Acessado em 20 de dezembro de 2016.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: ____ (org.). *Revista do Instituto Histórico e Artístico Nacional*. Nº 34, Dossiê: História e Patrimônio. Brasília, DF: Iphan, 2012.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; BRITTO, Rosangela Marques de; LIMA, Maria Dorotéia de (Orgs). *Pedra & Alma: 30 anos do Iphan no Pará*. Belém: IPHAN (PA), 2010.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Edição 3ª, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: SANT' ANNA, Márcia G. de (Org). *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial*. Edição 5ª, Brasília, DF: Iphan, 2012.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da educação brasileira*. Edição 4ª, São Paulo: Cortez, 2009.
- GOMES, Angela de Castro. Introdução. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Olhando para dentro. Vol. 4, Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2013.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Edição 2ª, Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/Iphan, 2002.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. Edição 5ª, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC – Rio, 2006.

LIMA, Andrey Faro de. Coerência e ambiguidade: o centro histórico de Belém e o cotidiano da cidade. In: IPHAN. *Programa de especialização em patrimônio: artigos (2005 e 2006)*. Rio de Janeiro: Iphan/ Copedoc, 2009.

MEC-SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil – uma trajetória*. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

MINC; IPHAN. *Patrimônio Imaterial: o registro do patrimônio imaterial*. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4ª edição. Brasília, DF: MinC; IPHAN, 2006.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. *Educação Patrimonial no Iphan*. 2011. Monografia de especialização em gestão pública. Escola Nacional de Aplicação Pública – ENAP, Brasília - DF 2011.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

WILLIAMS, Raymond. O círculo de Bloomsbury. In: _____. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011.